

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: AS INTERVENÇÕES NO ESPAÇO RURAL- LICENCIAMENTO AMBIENTAL NA ZONA RURAL NO MUNICÍPIO DE POÇÕES-BA¹.

Edilane Cordeiro Pereira Lima², Fernanda Viana Alcantara³

RESUMO

O licenciamento ambiental é uma autorização emitida pelos órgãos públicos, destinadas para as empresas, agriculturas, mineração ou qualquer ocupação que possa causar impacto no meio ambiente, sendo estabelecidas regras e circunstâncias que o responsável pelas atividades precisa cumprir. A Licença Ambiental é um documento dividido em três partes: Licença Prévia, Licença de Operação e Licença de Instalação. Visto que são baseados na verificação da fiscalização, tornando se essencial para que as atividades, como as que são realizadas dentro das propriedades agropecuárias não intervenham nas condições ambientais, como por exemplo, a lavoura, agricultura familiar, bovinocultura, entre outros. Porém a autorização ambiental é regulamentada por normas ambientais e estaduais que reforçam as diretrizes federais que são determinadas pela Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), onde cada estado mantém um órgão ambiental estadual, tornando-se encarregado de expedir licenças ambientais e formalizar o desenvolvimento de acordo com os atributos de cada localidade específica. O presente trabalho tem por objetivo avaliar os desdobramentos e as intervenções no espaço rural por meio das políticas públicas, com abordagem no licenciamento ambiental na zona rural do município de Poções-BA. Com base em fundamentos bibliográficos, legislação e normativas estaduais. As informações obtidas sinalizam que o Município de Poções Bahia está temporariamente impossibilitado de emitir ou renovar a licença ambiental, devido a ação do Ministério Público Estadual.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento territorial, espaço rural, licenciamento ambiental, meio ambiente.

TERRITORIAL DEVELOPMENT AND PUBLIC POLICIES: INTERVENTIONS IN RURAL AREAS- ENVIRONMENTAL LICENSING IN RURAL AREAS IN THE MUNICIPALITY OF POÇÕES-BA.

ABSTRACT

ENVIRONMENTAL LICENSING IS AN AUTORIZATION ISSUED BY PUBLIC BODIES, INTENDED FOR COMPANIES, AGRICULTURE, MINING OR ANY OCCUPATION THAT MAY HAVE NA IMPACT ON THE ENVIRONMENT, RULES AND CIRCUMSTANCES ARE ESTABLISHED THAT THOSE RESPONSIBLE FOR THE

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- (UESB)

² Graduanda do 6º semestre do curso de Engenharia Florestal da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB. Bolsista de iniciação científica UESB.

³ Professora orientadora e doutora em Geografia

ACTIVITIES NEED TO COMPLY WITH. THE ENVIRONMENTAL LICENSE IS A DOCUMENT DIVIDED INTO THREE PARTS: PREVIOUS LICENSE, OPERATION LICENSE AND INSTALLATION LICENSE. SINCE THEY ARE BASED ON INSPECTION VERIFICATION, MAKING IT ESSENTIAL THAT ACTIVITIES, SUCH AS THOSE CARRIED OUT WITHIN AGRICULTURAL PROPERTIES, DO NOT INTERFERE WITH ENVIRONMENTAL CONDITIONS, SUCH AS FARMING, FAMILY FARMING, CATTLE FARMING, AMONG OTHERS. HOWEVER, ENVIRONMENTAL AUTHORIZATION IS REGULATED BY ENVIRONMENTAL AND STATE STANDARDS THAT REINFORCE FEDERAL GUIDELINES THAT ARE DETERMINED BY THE NATIONAL ENVIRONMENTAL POLICY (PNMA). WHERE EACH STATE MAINTAINS A STATE ENVIRONMENTAL AGENCY, WHICH IS RESPONSIBLE FOR ISSUING ENVIRONMENTAL LICENSES AND FORMALIZING DEVELOPMENT ACCORDING TO THE ATTRIBUTES OF EACH SPECIFIC LOCATION. THE PRESENT WORK AIMS TO EVALUATE THE DEVELOPMENTS AND INTERVENTIONS IN RURAL AREAS THROUGH PUBLIC POLICIES, WITH NO APPROACH TO ENVIRONMENTAL LICENSING IN THE RURAL ÁREA OF THE MUNICIPALITY OF POÇÕES BAHIA, BASED ON BIBLIOGRAPHICAL FOUNDATIONS, LEGISLATION AND STATE REGULATIONS. INFORMATION SIGNALS THAT THE MUNICIPALITY OF POÇÕES BAHIA IS TEMPORARILY UNABLE TO ISSUE OR RENEW AN ENVIRONMENTAL LICENSE, DUE TO ACTION BY THE STATE PUBLIC.

KEYWORDS: Environment, environmental licensing, rural space, territorial development.

INTRODUÇÃO

A principal função do licenciamento ambiental na zona rural é assegurar que as atividades rurais atendam as normas das legislações recentes. A lei 12.651/2012 conhecida como o novo código florestal brasileiro, se aplica a todas as estâncias independentemente do tamanho e uso da propriedade, além de possuir diversas finalidades, como a proteção da vegetação nativa, regularização ambiental, além do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Segundo o Artigo 225 da constituição federal de 1998 afirma que: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras.” (BRASIL. Constituição 1998). A constituição federal prevê que aquele que efetuar qualquer tipo de lesão a natureza deve responder pelos atos cometidos.

O principal objetivo é averiguar as intervenções estatais na zona rural através de políticas públicas de desenvolvimento com concentração no licenciamento ambiental no município rural de Poções-BA, permitindo dessa forma a percepção sobre o progresso

dessas ações para o meio ambiente. O município de Poções assim como outros, possuem recursos naturais que demandam de anteparo, para isso o licenciamento ambiental impede que algumas práticas agrícolas causem algum tipo de prejuízo, podendo variar de acordo com o tamanho da propriedade, e o impacto causado, além de ter algumas divergências com as políticas locais e algumas práticas do setor rural, entretanto o município de Poções não realiza emissões de licenças, porém é essencial que as normas ambientais mínimas estejam em concordância com as leis estaduais e federais, e que os agricultores estejam cientes em relação às regulamentações vigentes.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os objetivos da pesquisa consistem em verificar a existência do licenciamento ambiental na zona rural no município de Poções Bahia, bem como, analisar a sua importância para a sociedade civil e para o poder público.

Para tanto se buscou realizar levantamento bibliográfico sobre a temática investigada, foram feitas leituras e fichamentos. Além das consultas feitas em fundamentações bibliográficas, legislações, normativas estaduais e em publicações científicas e técnicas.

Foi também desenvolvido trabalho de campo junto a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente do município de Poções, para o levantamento de dados e informações por meio de reuniões realizadas com o secretário de Agricultura e Meio Ambiente e demais profissionais, e acesso aos documentos, tais como relatórios emitidos pela própria Prefeitura Municipal, e pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) de Vitória da Conquista/Bahia. Em seguida foram analisados os dados para a elaboração da redação final da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após averiguar e analisar as informações coletadas por meio da Secretária Municipal da Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural de Poções/Bahia, verificou-se que o município realizava a emissões de autorização ambiental até o ano de 2017.

No entanto o serviço deixou de ser realizado pela secretária e encontra-se brevemente inábil de expedir e atualizar a licença, decorrente das ações do Ministério Público Estadual em 2014 que atestou a ineficiência de licenciamento ambiental e

fiscalização ambiental no município, devido à situação irregular que se encontrava o Sistema Municipal de Meio Ambiente (SISMUMA) de Poções.

Porém é dever do proprietário ou responsável pelas práticas rurais entrar em contato com algum órgão público estadual ou regional, a exemplo o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), que é o órgão ambiental do estado da Bahia que tem como encargo emitir e renovar licenças ambientais.

Apesar do município de Poções não está expedindo as licenças ambientais, a Secretária de Agricultura e outros órgãos públicos do município estão amplamente envolvidos na prestação de recursos e serviços voltados aos agricultores, como, consultorias sobre práticas agrícolas, programas de incentivos financeiros, cursos de capacitação, visando melhorar a dinâmica da agricultura familiar. Além da realização de Declaração de Posse, Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR), Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), etc. Conforme o card exibido na figura 1.

FIGURA 1- Card utilizado pela secretaria de agricultura para convocar agricultores visando o melhoramento produtivo no município de poções/Bahia em 2023.



Fonte: Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Poções-BA (2023).

O propósito é promover práticas agrícolas sustentáveis, ampliando a cooperação entre pequeno produtor, meio ambiente e agricultura local. É crucial que os pequenos produtores estejam cientes das suas obrigações e das políticas estabelecidas, cumprindo as normas para evitar futuras sanções.

CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES

As informações e análises da pesquisa, demonstram a importância do licenciamento ambiental que busca reduzir os impactos quando aplicado dentro do terreno rural, entretanto o Município de Poções não está emitindo licenças ambientais, devido a intervenção do Ministério Público Estadual, no inquérito civil de nº 117/14 da Promotoria de Justiça Regional de Meio Ambiente, com sede em Vitória da Conquista Bahia, para que o município se regularize, é preciso cumprir o Termo de Ajustamento de Conduta imposta pelo Ministério Público do Estado da Bahia, para fins de conformidades ambientais que ordena a reformulação da Política Municipal de Meio Ambiente e do Conselho Municipal de Meio Ambiente (SISMUMA) de Poções, mediante a ementa da sua legislação regradora e implementação da política ambiental, a fim de serem cumpridos os dispositivos constitucionais de proteção ao meio ambiente.

Diante do exposto conclui-se que é fundamental que o município de Poções busque normalizar o setor ambiental, retomando as emissões de licenças, porém é de suma importância que permaneçam fiscalizando os labores no campo.

Em especial, para certificar que as ocupações no meio rural estejam de acordo com regulamentações estabelecidas. Enquanto isso não se concretiza, cabe o agricultor entrar em contato com o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), apresentar o Cadastro Ambiental Rural (CAR), documentação da propriedade, estudos ambientais da área, pagamentos de taxas, etc. Caso o produtor rural não obtenha a licença necessária para executar as devidas atividades poderão sofrer sanções, como multas, reparação de danos, e restrições futuras. Por esse motivo é importante receber a devida orientação antes de realizar qualquer ação que possam causar impacto no meio ambiente nas áreas rurais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. **Lei Federal Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades prejudiciais ao meio ambiente, e de outras procedimentos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm. Acesso em 30 outubro de 2023.
2. BRASIL. **Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12651compilado.htm. Acesso em: 03 de julho de 2023.

3. **INEMA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.** Dispõe sobre política ambiental no estado da Bahia. Disponível em: <http://www.seia.ba.gov.br/institucional/inema-instituto-do-meio-ambiente-e-recursos-h-dricos>. Acesso em: 19 de setembro de 2023.

4. **PNMA. Política Nacional de Meio Ambiente.** Dispõe sobre a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia a vida, visando assegurar, no país, as condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e a proteção ao interesse a dignidade a vida humana. Disponível em: <https://pnla.mma.gov.br/competencias-para-o-licenciamento-ambiental>. Acesso em: 22 de agosto de 2023.

5. **POÇÕES. Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento rural.** Dispõe sobre ações e programas relacionados a Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção a biodiversidade. Disponível em: <https://poco.es.gov.br/portal/index.php/portal/viewsecretaria/7>. Acesso em: 20 de agosto de 2023.